

3. PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO

Medidas antecipatórias e preventivas, que visam garantir a execução do PAC necessária para atendimento à qualidade ambiental da obra, são realizadas diariamente pelas equipes que atuam no PAC e estas acompanham o status atual da forma como a obra vem realizando as atividades ambientais.

O Plano Ambiental de Construção (PAC) da UHE Belo Monte tem como objetivo maior prevenir e controlar os impactos diretos, que podem ser originados pela execução das obras de infraestrutura de apoio à construção, nos diferentes sítios construtivos, bem como daquelas consideradas como principais componentes do arranjo geral do empreendimento.

Assim, o PAC fornece critérios e procedimentos ambientais incluídos no contrato geral da Norte Energia com as empresas executoras, responsáveis pela implantação das obras supracitadas.

Nesse contexto, é fundamental que, para um adequado desempenho ambiental do PAC, se faça constante a interação entre a Norte Energia e as empresas executoras, em especial nas frentes de obras no que diz respeito ao PCAI e PRAD. Tal interação vem sendo feita por meio de atividades de campo diárias e dois instrumentos de comunicação interna, ambos com periodicidade semanal: i) as reuniões da Comissão de Acompanhamento do PAC, onde participam as empresas gestora (Ferreira Rocha) e coordenadora (BIOCEV), CCBM e Norte Energia e; ii) as Reuniões de Planejamento e Produção da engenharia, específicas para cada Sítio construtivo. Nessas últimas participam, além dos técnicos de meio ambiente e de engenharia, ligados às respectivas empresas citadas, também representantes da equipe da Engenharia do Proprietário da UHE Belo Monte (EPBM).

Nas reuniões de produção, acima referenciadas, tem-se conhecimento atualizado e antecipado da dinâmica prevista para as obras, com destaque para alterações em seu planejamento. Assim, é com base nos resultados dessas reuniões que se pode (i) programar as inspeções rotineiras de campo, priorizando estruturas ou locais que venham a se mostrar mais críticos, em determinado período, em função dos tipos de intervenções a serem prontamente realizadas, bem como de sua celeridade; e (ii) verificar, junto ao CCBM, atuações preventivas que estejam sendo antevistas para fazer frente a potenciais impactos associados a aspectos ambientais dessas intervenções, assim como intervir, em caráter preventivo, no sentido de aprimorar tais ações.

Remete-se aqui, ainda, à relevância de tais reuniões para subsidiar o planejamento executivo e operacional de ações outras de prevenção, mitigação e monitoramento de impactos ambientais que não aquelas afetas apenas ao PAC, como também alinhar quanto à pendências não solucionadas em campo.

No que tange aos eventos semanais formais de acompanhamento do PAC, mantidos entre empreendedor, empresa coordenadora e CCBM, estes tem se revelado como um

complemento importante para que se venha atingindo uma melhoria nos índices de desempenho de todos os programas, contemplados no Plano aqui em foco, que vem sendo coordenado de forma integrada pela empresa coordenadora do PAC (BIOCEV).

Em especial para o PCAI e PRAD, em função de seu cunho explícito de acompanhamento das frentes de obra, a aplicação do procedimento de tratamento e registro de não conformidades, tem se mostrado uma estratégia de gestão e coordenação de campo de grande relevância. E é no âmbito dessas reuniões semanais de acompanhamento do PAC que o registro de tais não conformidades é abordado, junto aos níveis de gerência e coordenação ambiental setorizadas do CCBM. Também são registrados os avanços e, em especial, os retardos que tenham sido observados, na implementação das medidas adequadas para sanar os desvios, sempre indicadas no Plano de Ação associado a cada não conformidade.

Nesse contexto, e como abordado em maiores detalhes, neste Capítulo 3, no bojo do Programa de Controle Ambiental Intrínseco, no primeiro semestre de 2014, verificou-se continuidade do funcionamento de estruturas de apoio, vinculadas a gestão ambiental, que operam de forma definitiva, tais como ETEs, ETA's, Caixas SAO, Plants de Combustíveis.

Especificamente, no período deste 6º Relatório Consolidado (RC) foram verificadas melhorias quanto às estruturas para atendimento às questões de saneamento industrial. Uma análise integrada dos resultados constatou que, do total de 72 laudos gerados nas campanhas de amostragens dos efluentes industriais das Caixa SAO, 4 (quatro) tiveram resultados de análise com valores fora dos padrões de lançamento estabelecidos na Resolução CONAMA nº 430/2011. Esta melhoria em relação ao 5ºRC demonstra que o CCBM está comprometido com o cumprimento das legislações e as recomendações estabelecidas nos relatórios e demais produtos das auditorias e vistorias realizadas nos canteiros de obra.

Medidas corretivas e preventivas estão sempre em evolução nestas instalações, tais como maior controle do pH e de contenção de sedimentos, relacionados aos efluentes das oficinas de manutenção e das centrais de concreto.

Com relação ao saneamento doméstico, neste semestre apenas dois laudos gerados nas campanhas de amostragens apresentaram valores fora das condições e padrões de lançamento estabelecidos na Resolução CONAMA nº 430/2011, um no Sítio Belo Monte e outro em Canais e Diques.

Quanto ao abastecimento de água tratada nos sítios construtivos, todas as frentes de obra e canteiros contam com água tratada pelas ETAs instaladas nos respectivos canteiros. No período de abrangência deste relatório foram realizadas várias campanhas de amostragem das águas provenientes das ETAs e disponibilizadas nos bebedouros dos canteiros construtivos, por meio das quais realizou-se uma análise integrada dos laudos que demonstraram que dos 2331 laudos analisados apenas 55 apresentaram valores insatisfatório de acordo com o que preconiza a Portaria 2914/2011 MS. Dessa forma podemos concluir que o sistema de abastecimento possui

uma eficiência de 98%. Os 2% de resultados insatisfatórios foram prontamente corrigidos através da abertura de não conformidade interna do CCBM, acompanhadas pela Coordenadora do PAC (BIOCEV) e da implantação de ações corretivas, como a realização da limpeza das estruturas de tratamento da estação e a realização de novas recoletas para comprovação da eficiência dos sistema.

O conjunto de avanços que vem sendo registrado indica um incremento do processo de gestão e de coordenação do PAC, derivado da efetividade de instrumentos de gestão tais como, as reuniões de acompanhamento do Plano, antes aqui referenciadas, as inspeções rotineiras de campo, a aplicação do PS de registro e tratamento de não conformidades e das auditorias ambientais internas.

Ainda, relacionada ao gerenciamento de efluentes, é importante observar a manutenção do Comitê de Recursos Hídricos, criado no 2º semestre de 2012, contando com as equipes responsáveis pelo PAC e pela coordenação e implementação do Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial, integrante do Plano de Gestão dos Recursos Hídricos do PBA de Belo Monte. Atualmente as reuniões apresentam periodicidade quinzenal e objetivam não só a discussão e o consenso de aspectos internos aos canteiros que possam ser geradores de eventuais impactos ambientais, detectados na qualidade das águas no entorno dos elementos de infraestrutura construtiva, mas também na proposição conjunta de medidas preventivas e mitigadoras, adequação de estações de monitoramento internas e externas aos canteiros e compatibilização de informes consolidados produzidos no âmbito dos respectivos Programa e Projeto mencionados.

Ainda no tocante à interação entre Programas e Projetos componentes do PAC, bem como destes com outros Planos, aquele componente do PAC que concentra o maior fluxo dessas interfaces é o Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores (PEAT). Nesse sentido, no período de abrangência deste 6º Relatório Consolidado (RC), foi dada continuidade às atividades de interface entre Componentes I e II do Programa de Educação Ambiental Belo Monte (PEABM), interagindo com os Programas dos Meios Físico, Biótico e Socioambiental centrado no desenvolvimento e aplicação de cursos de capacitação em Educação Ambiental para os técnicos, gestores e líderes de equipe, com vistas à subsequente disseminação de conceitos e práticas sustentáveis junto a todos os funcionários envolvidos na implantação das obras.

As diretrizes emanadas foram trabalhadas abordando os temas socioambientais, com orientações de conduta em relação à convivência pacífica entre os trabalhadores e os moradores das comunidades vizinhas, além do respeito ao próximo e às suas diferenças.

No tocante ao Programa de Capacitação da Mão de Obra – PCMO, o Programa CAPACITAR passou por uma reestruturação e a partir de janeiro/14 o Setor de Treinamento do CCBM foi unificado ao Programa CAPACITAR – Para Crescer, Treinamento de QMSSRS e Treinamento de Equipamentos. Para o Programa de Desmobilização de Mão de Obra (PDMO) ocorreu, no período do 6º RC o acompanhamento ao Plano Conceitual de Desmobilização de Mão de Obra e o

envolvimento dos gestores dos diversos Programas e Projetos que tem interface com o Programa em foco, principalmente com o PCMO e com os Programas do meio socioeconômico, referenciados no PBA da UHE Belo Monte.

O Projeto de Controle Médico e Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (PCMSO-ST), que compõe o Programa de Saúde e Segurança, tem interface com os seguintes Programas: **PCMO , PDMO, PCAI e PRAD.**

Dentro do Programa de Capacitação da Mão de Obra – PCMO com o PCMSO-ST, esta interface se dá nas capacitações obrigatórias pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. As ações se dão através do monitoramento e avaliação destas qualificações obrigatórias.

Dentro do Programa de Desmobilização da Mão de Obra – PDMO com o PCMSO-ST esta interface se dá através dos exames demissionais obrigatórios de saúde ocupacional, definidos pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. As ações de monitoramento se dão através do acompanhamento ao processo de desmobilização no cumprimento da lei.

Dentro dos Programas de Controle Ambiental Intrínseco – PCAI e Programa de Recuperação das Áreas Degradadas - PRAD com o PCMSO-ST esta interface se dá através da obrigatoriedade do cumprimento das ações de segurança e saúde constantes nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. As ações se dão através de acompanhamento das normas legais e procedimentos, e registrando as não conformidades para as devidas ações corretivas.

Por fim cabe mencionar que para a interação dos Programas do PAC, especialmente para o PCAI, PRAD e PSS (PCMSO-ST e PSA), serão dadas continuidades às estratégias e ações de monitoramento por meio de vistorias de campo, auditorias internas e reuniões periódicas. Para o segundo semestre de 2014 será intensificada a implantação do Sistema de Informação Geográfica –SIG de forma a fortalecer o sistema de gestão ambiental. Para os demais programas será dada a continuidade das reuniões conjuntas e periódicas entre Norte Energia, a Gestora, a Coordenadora e as Executoras visando o completo atendimento às diretrizes de cada um dos programas em atendimento ao que preconiza o PBA.